

APRESENTAÇÃO

Maria Benedicta Monteiro

A compreensão do impacto das categorizações sociais e das identidades que lhes andam associadas na formação de preconceitos e de múltiplas formas de discriminação interétnica continua a desafiar, tanto os investigadores, como os responsáveis pelas políticas educativas e sociais. No âmbito dos estudos da psicologia social do desenvolvimento, esse desafio envolve também a compreensão do modo como se adquirem e se desenvolvem desde a infância as percepções de pertença a grupos e categorias étnicas, como é que a socialização e a avaliação dessas pertenças reforça a sua condição maioritária ou minoritária e o seu valor relativamente a outras categorias étnicas, e como é que essa consciência se traduz na relação com membros do seu grupo e com os membros de outros grupos. A descrição e compreensão destes fenómenos, a partir dos processos sociocognitivos em que se originam estão na base do programa de investigação que prosseguimos desde 1998. Os quatro artigos de investigação que integram este número temático sobre “A construção da exclusão e da inclusão social nas relações interétnicas na infância” decorrem dos primeiros estudos empreendidos pelos membros da equipa, no âmbito de um projecto de investigação financiado pelo Programa Praxis XXI (PCSH/P/PSI/83/96) da Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo Centro de Investigação e de Intervenção Social/ISCTE, pelo Grupo de Ecologia Social/LNEC e pela Escola Superior de Educação de Setúbal.

Os objectivos deste projecto foram definidos como o desenvolvimento de investigação científica na área das relações interétnicas na escola, utilizando quadros teóricos e empíricos da psicologia social das relações intergrupais e da psicologia social do desenvolvimento, e incidindo sobre a população infantil nativa e imigrada em Portugal. A estes estudos vem juntar-se ainda um outro que decorreu de uma investigação conduzida no Brasil, no âmbito de uma bolsa de doutoramento financiada pela instituição de Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

A decisão de os publicar conjuntamente, dando assim origem a um número temático desta revista, constituiu uma iniciativa do Centro de Investigação e Intervenção Social/ISCTE, no quadro dos seus objectivos de difusão da investigação científica produzida em Portugal.

Os textos que a seguir se referem foram introduzidos neste número temático com a seguinte organização:

O primeiro texto, de M. B. Monteiro, constitui uma revisão das teorias e investigações norte-americanas e europeias sobre a imigração recente, com uma focalização específica sobre as relações interétnicas e sobre a construção, nas crianças nativas e imigradas e nos adultos que as socializam, de relações e de identidades

Maria Benedicta Monteiro, Centro de Investigação e de Intervenção Social e Departamento de Psicologia Social e das Organizações do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

decorrentes da sua pertença a grupos étnicos. Com esta focalização, pretende-se pôr em evidência as formas directas e indirectas de inclusão e de exclusão social das crianças de famílias imigradas, bem como mostrar como a psicologia social das relações intergrupais e a psicologia social do desenvolvimento têm vindo a desocultar as consequências desses fenómenos para o desenvolvimento das crianças e para as suas formas de adaptação social.

O segundo texto, decorrente do estudo efectuado por Dalila França no Brasil, refere-se ao desenvolvimento da autocategorização étnica, da identidade étnica e da preferência grupal de crianças brasileiras em função da cor da pele (negros, mulatos e brancos) e da idade (5-6, 7-8 e 9-10 anos). Este estudo tem como objectivo principal verificar a existência e a evolução, em crianças brasileiras, do fenómeno do *branqueamento*, amplamente descrito e verificado no Brasil em relação a populações adultas.

O terceiro texto decorre do estudo efectuado por Luísa Ramos de Carvalho e co-autores acerca da organização e conteúdo das crenças e valores dos educadores — a família e a escola —, quer em relação à natureza da infância, quer em relação à educação das crianças, nomeadamente no que respeita a juntar ou separar as crianças nas aulas em função do seu desenvolvimento, da sua aprendizagem ou de qualquer outro critério pelo qual as crianças sejam consideradas *diferentes*. O estudo integra ainda a análise de como estas crenças variam em função da posição do educador (está na família ou na escola), do grupo étnico das mães (lusu-portuguesas ou afro-portuguesas) e da composição étnica das escolas que os filhos frequentam (maioria lusa ou maioria africana). Ao integrar estas variáveis de nível sociocognitivo e situacional, o estudo pretende alargar e complexificar a análise das origens das crenças dos educadores sobre as crianças, na linha de estudos anteriormente desenvolvidos em Portugal.

O quarto texto, da autoria de Margarida Rebelo e co-autores, refere uma investigação em que se testam experimentalmente os efeitos da recategorização e da descategorização na redução do preconceito, em crianças afro-portuguesas e luso-portuguesas no 4.º ano de escolaridade. Para compreender o impacto da categorização interétnica na discriminação intergrupala, bem como a potência dos dois modelos teóricos para a reduzir, o primeiro estudo experimental mede os resultados da interacção de crianças do mesmo grupo étnico (lusu-portuguesas ou afro-portuguesas), enquanto o segundo estudo mede os resultados da interacção de crianças dos diferentes grupos étnicos (lusu-portuguesas *vs.* afro-portuguesas).

Finalmente, o quinto texto, da autoria de Carla Mouro e co-autores, dá conta de uma investigação conduzida com crianças luso-portuguesas e afro-portuguesas do 4.º ano de escolaridade, que visava testar o papel moderador da identificação étnica na relação entre o estatuto étnico dos grupos e a sua percepção de variabilidade desses mesmos grupos. Este estudo vem na sequência de um outro conduzido por Ana Guinote, em que se verificou que a percepção de variabilidade das crianças não variava com idade (entre 6 e 9 anos), apresentando sistematicamente o padrão já verificado em grupos de adultos com estatutos assimétricos: tanto o grupo de alto estatuto (etnia luso-portuguesa ou sexo masculino) como o de baixo

estatuto (etnia luso-africana ou sexo feminino) percebem o grupo de estatuto superior como mais variável do que o grupo de estatuto inferior.

Para a realização destes estudos contribuíram largas centenas de crianças, de pais e de professores de escolas portuguesas e brasileiras, bem como dezenas de estudantes de psicologia social e das organizações do ISCTE que fizeram, muitos pela primeira vez, a experiência da investigação, orientados pelos responsáveis de cada um dos projectos. Aos primeiros, o nosso agradecimento vai para a sua disponibilidade e colaboração, tão valiosas quanto sempre renovadas. Aos segundos vai também o nosso agradecimento, mas também a nossa esperança de termos podido contribuir para atizar, ao menos em alguns, esta paixão pelo estudo do comportamento social.